

REVISÃO DE GASTOS PÚBLICOS

Processo contribui para o aprimoramento das políticas, trazendo mais eficiência, equidade e economizando recursos para atender novas prioridades da população

A necessidade de rever periodicamente gastos é uma situação comum em qualquer organização. Ao longo do tempo, objetivos mudam, novas demandas surgem, algumas despesas deixam de ser prioritárias e outras podem não entregar os resultados esperados. Rever o orçamento permite avaliar o que continua necessário, identificar oportunidades de melhoria e direcionar recursos para aquilo que pode gerar mais resultado.

Com o Orçamento Público ocorre algo semelhante. Mudanças demográficas, sociais, econômicas e tecnológicas alteram as necessidades da população e os desafios enfrentados pelo Estado. Por isso, políticas e despesas precisam ser periodicamente reavaliadas, para verificar se continuam respondendo aos problemas que motivaram sua criação, se produzem os resultados esperados e se os recursos públicos podem ser utilizados de forma mais eficiente e alinhada às prioridades da sociedade.

Some-se a essas complexidades o fato de que, a cada ano, novos programas surgem por iniciativa do Executivo ou do Legislativo, buscando atender demandas legítimas da população. Ocorre que compromissos assumidos com políticas anteriores continuam existindo, e às vezes configuram despesas legais obrigatórias, sobre as quais há pouca ou nenhuma margem de manobra imediata.

Por isso é tão importante garantir um processo sistemático de revisão de gastos, que não deve ser confundido com medidas de contenção adotadas durante a execução do orçamento, como a limitação de empenho e de movimentação financeira. Essas medidas são utilizadas quando a arrecadação fica abaixo do esperado ou quando é necessário ajustar o ritmo das despesas para cumprir metas fiscais. Em geral, respondem à dinâmica das receitas e despesas ao longo do ano e não significam, por si só, uma avaliação sobre a qualidade de determinada política pública.

A revisão de gastos tem outra lógica. Ela parte da análise das políticas públicas e das evidências disponíveis para identificar onde há espaço para melhorar resultados, reduzir desperdícios, corrigir distorções ou redirecionar recursos. Trata-se, portanto, de um processo mais estratégico e estruturado, voltado a escolhas que podem gerar efeitos de médio e longo prazo e influenciar a elaboração dos orçamentos futuros.O foco migra da simples pergunta "quanto custa" para a compreensão de "por que gasta" e "como podemos gastar melhor". O processo também rompe com uma lógica incrementalista, de apenas repetir o orçamento do ano anterior com pequenos ajustes. Ela propõe olhar novamente para os gastos já existentes e avaliar se continuam fazendo sentido, se podem ser melhorados ou se os recursos poderiam ser direcionados para outras prioridades.

No governo federal, essa missão é conduzida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio da Subsecretaria de Revisão do Gasto Público (SRGP), vinculada à Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SMA), em articulação com a Subsecretaria de Temas Transversais (SETRA), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

O processo surgiu como resposta a três desafios principais. O primeiro é reduzir a pressão das despesas obrigatórias, que, seja por razões demográficas ou por critérios previstos em Lei, tendem a crescer mais do que as discricionárias, que são gastos sobre os quais o governo tem alguma margem para aumentar ou diminuir a cada ano, dentro dos limites orçamentários.

O segundo desafio principal é garantir recursos para financiar a expansão de políticas existentes e para a criação de novas. Isso é alcançado sobretudo a partir da melhoria

DESAFIOS PRINCIPAIS QUE JUSTIFICAM A REVISÃO DE GASTOS:



1. Reduzir pressões de despesas obrigatórias



2. Garantir recursos para criação de novas políticas ou expansão das existentes



3. Aumentar, em termos relativos, a participação de programas mais efetivos e equitativos no Orçamento Público

da eficiência nos programas atuais, permitindo ao poder público gastar menos sem comprometer direitos ou até mesmo aperfeiçoando os serviços prestados à população.

O terceiro é aumentar, em termos relativos, a participação de programas mais efetivos e com mais equidade no volume total do Orçamento. Quando ações ineficazes e que pouco beneficiam as populações que mais precisam são descontinuadas ou reduzidas, ao mesmo tempo em que políticas mais eficazes e priorizadas em grupos vulneráveis são mantidas ou ampliadas, a qualidade do gasto público, em geral, melhora.

Considerando esses desafios, foram estabelecidos cinco grandes objetivos do processo de revisão de gastos: I - aprimorar a qualidade do gasto público; II - fortalecer a articulação entre avaliação de políticas públicas e orçamento; III - promover a eficiência das políticas públicas; IV - apoiar processos decisórios relacionados ao financiamento das políticas públicas; e V - contribuir para a sustentabilidade fiscal.[1]

COMO É FEITO O PROCESSO

A seleção de políticas que passarão pelo processo de revisão de gastos é feita a partir de critérios estabelecidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento na Portaria GM/MPO nº 79, de 18 de março de 2026. Um deles é a materialidade da despesa associada à política pública, ou seja, o montante destinado a ela. Políticas que demandam maior volume de recursos, portanto, tendem a ser priorizadas por esse critério. Outro aspecto considerado é a taxa de crescimento das despesas nos últimos cinco anos. Um programa em que foi observado aumento significativo dos gastos, portanto, demandará mais atenção por esse critério do que outro que está estabilizado ou em queda. Também

1 *PORTARIA GM/MPO Nº 79, DE 18 DE MARÇO DE 2026*

OBJETIVOS DA REVISÃO DE GASTOS



Fonte: PORTARIA GM/MPO Nº 79, DE 18 DE MARÇO DE 2026

é levado em conta o risco fiscal associado à política pública, considerando seu potencial futuro de crescimento das despesas.O ponto de partida para as análises são auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), além de avaliações conduzidas no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), de órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Legislativo federais, ou de centros e institutos de pesquisa e universidades. Isso significa que o trabalho da equipe de revisão de gastos utiliza insumos de análises feitas por outros órgãos, nas quais já foram identificadas oportunidades de aperfeiçoamento.

Essa sinergia com o processo de monitoramento e avaliação é muito importante pois, quanto mais maduro for esse sistema, maior tende a ser a contribuição ao processo de revisão de gastos, uma vez que avaliações consistentes e bem estruturadas ampliam a qualidade dos insumos utilizados para orientar decisões sobre eficiência e efetividade do gasto público.

O levantamento de informações, portanto, constitui a primeira fase do processo. Nesse momento, exige-se uma análise abrangente e atualizada da política ou programa em exame. Isso inclui a síntese do conhecimento acumulado e a coleta de dados recentes ou atualizados que sustentem a possibilidade de promover melhorias e possíveis economias. Esses elementos devem estar diretamente vinculados às propostas de aperfeiçoamento formuladas na fase seguinte, garantindo assim a coerência entre diagnóstico e recomendação.

A fase seguinte é a de elaboração de propostas iniciais, já com estimativas preliminares de economia fiscal. Essa etapa exige o diálogo com os gestores das políticas para melhor qualificar as oportunidades e a elaboração de dois cenários comparativos. O primeiro deles considera o comportamento esperado dos gastos na hipótese de as medidas propostas serem implementadas. O segundo simula a trajetória da mesma despesa num cenário em que nenhuma mudança proposta ocorra. A estimativa de economia resulta da diferença entre esses dois cenários e deve ser fundamentada com base em premissas claras, evidências empíricas e metodologias robustas.

Na fase de detalhamento, mais uma vez em parceria com os gestores, as medidas identificadas e as respectivas estimativas preliminares de economia devem ser consolidadas em um plano de ação, que explicite de forma estruturada como se dará a implementação das propostas. A finalidade é demonstrar que cada medida proposta é viável, facilitar seu monitoramento e permitir intervenções específicas em relação a cada uma delas, assegurando o alcance dos objetivos pactuados.



A execução de todas essas etapas de forma coordenada busca garantir que o processo de revisão de gastos seja efetivo, conectando o diagnóstico à decisão orçamentária, evitando que os documentos com recomendações fiquem apenas no papel.

Esse diálogo com os gestores, em todas as etapas do processo, é entendido como um exercício de parceria técnica. Parte-se do reconhecimento de que as áreas setoriais detêm o conhecimento essencial na ponta. A atuação da SRGP, portanto, deve contribuir no oferecimento de segurança técnica para decisões difíceis, tratando divergências no plano técnico-operacional antes de escalá-las, sempre visando fortalecer a política pública.

GOVERNANÇA, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

Para garantir uma boa governança em todo o processo, o plano de ação deve conter o desdobramento de cada medida em ações e atividades concretas, com indicação de seus responsáveis, recursos necessários (humanos, financeiros ou materiais), datas previstas de início e término, dependências entre atividades, resultados esperados e principais riscos associados à implementação, com as respectivas medidas de mitigação. Cada atividade deve ser descrita com clareza e conter, sempre que possível, indicadores de monitoramento e critérios objetivos para aferição de seu progresso e conclusão.

A execução de todas essas etapas de forma coordenada busca garantir que o processo de revisão de gastos seja efetivo, conectando o diagnóstico à decisão orçamentária, evitando que os documentos com recomendações fiquem apenas no papel.

Com esse mesmo propósito, a SRGP utiliza sistemas próprios internos para registrar e acompanhar medidas de revisão de gastos, segundo o seu estágio de implementação.

O EXEMPLO DO PROAGRO



Um dos programas que passou por todas as etapas de revisão de gastos foi o ProAgro, um seguro rural administrado pelo Banco Central que busca proteger produtores de prejuízos por eventos climáticos, pragas ou doenças. A política foi avaliada em 2019, no âmbito do CMAP, e foram identificados aspectos a serem aprimorados para aumentar sua eficiência e eficácia.

No meio do processo, porém, foi identificada uma situação emergencial: os prejuízos causados pela tragédia ambiental no Rio Grande do Sul (RS) em 2024, que demandaram mais recursos do programa. O aumento pontual previsto por essa medida em especial, porém, será mais do que compensado pela estimativa de economia resultante do processo de revisão de gastos, de aproximadamente R$ 19 bilhões no período de 2025 a 2029.

Dessa forma, o programa foi mantido e aperfeiçoado, aumentando sua eficiência, mas não à custa da piora nas condições de vida de populações que precisavam de auxílio do Estado.

Em relação à revisão dos gastos públicos, entre 2023 e 2026, esta agenda avançou em sua institucionalização e integração ao processo orçamentário. Nesse período, seus resultados e cenários prospectivos passaram a compor o Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), fortalecendo a articulação entre a avaliação das políticas públicas, a gestão do gasto e as decisões orçamentárias. Em 2025, as medidas de revisão implementadas produziram economia de aproximadamente R$ 7,6 bilhões. Para o período de 2026 a 2029, o PLDO 2027 estima economia potencial de R$ 55,4 bilhões. Para 2027, a agenda deverá avançar em escala e consolidação, com a ampliação do conjunto de políticas analisadas, o acompanhamento das medidas implementadas e a utilização crescente dos resultados da revisão como subsídio às decisões de alocação e gestão dos recursos públicos.

Ao fim, todo esse esforço de revisão de gastos busca equilibrar a necessidade de economizar recursos com a demanda por novos gastos, adequar decisões políticas aos objetivos fiscais de médio prazo e transformar este processo em algo permanente, de modo que a população seja melhor atendida pelas ações governamentais, preservando direitos e elevando a qualidade do gasto público.



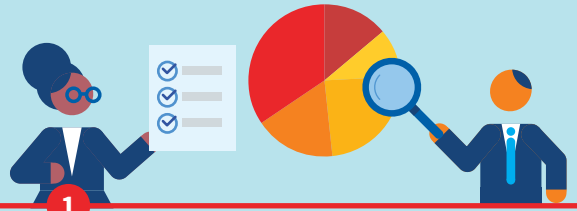
Para o período de 2026 a 2029, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2027 estima economia potencial de

R$ 55,4 BILHÕES



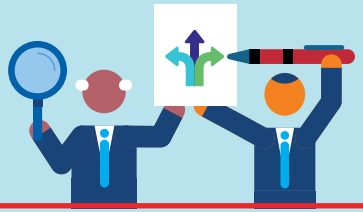
ETAPAS DO PROCESSO DE REVISÃO DE GASTOS

O que revisar? → O que mostram as evidências? → Qual é o diagnóstico? → O que pode ser melhorado? → A medida é viável? → Como será implementada? → Implementação → Funcionou?



1

Mapeamento de políticas públicas e levantamento de evidências
Realização de estudos para identificar políticas e despesas com oportunidades de melhoria. São reunidos dados, avaliações, auditorias, estudos e experiências internacionais.



2

Diagnóstico e construção de alternativas
As evidências são analisadas para compreender o contexto e elaborar quais mudanças poderiam melhorar a política e o uso dos recursos públicos.



3

Seleção das medidas preliminares
Entre as alternativas de medidas identificadas, são selecionadas aquelas com maior viabilidade, considerando impactos esperados, riscos e possibilidades de implementação.



4

Discussão e amadurecimento das medidas
As propostas são discutidas com os órgãos responsáveis pelas políticas para verificar sua viabilidade, identificar ajustes necessários e definir como poderiam ser colocadas em prática.

5

Pactuação e preparação para implementação
São definidos o desenho final da medida, responsabilidades, providências, prazos e formas de acompanhamento.



6

Implementação
Os órgãos responsáveis colocam em prática as ações pactuadas, que podem envolver mudanças em normas, sistemas, processos, controles ou no próprio orçamento. As medidas passam a ser registradas e acompanhadas em sistema próprio.

7

Monitoramento de resultados e aprendizado
É feito um acompanhamento para saber se a medida foi efetivamente implementada e se está produzindo os resultados esperados, inclusive as economias previstas, quando aplicável. Os resultados e aprendizados alimentam novas decisões e futuros ciclos de revisão.